

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **Da Rua ao Lar: o discurso moralizante e disciplinador dos postos e puericultura e da LBA em Chapecó nas décadas de 1940 e 1950**

Michele Rodrigues Tumelero\*

**Resumo:** Com a intenção de constituir um Estado brasileiro forte e coeso, Getúlio Vargas cria, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Esta instituição, preocupada em garantir a moralização e o reajustamento infantil, se disseminou por todo o território nacional imbuída do discurso de proteção à maternidade, à infância e à adolescência desprovidas de recursos. Esta política respinga também no Oeste Catarinense através da implantação da LBA e dos postos de puericultura nas décadas de 40 e 50 que, em parceria com a Liga Brasileira de Higiene Mental, buscava educar e disciplinar os futuros brasileiros que habitavam na região. Neste sentido, a pesquisa procura analisar em que medida a instalação da LBA e dos postos de puericultura se relaciona com a implantação do projeto da civilidade e da moralização da sociedade chapecoense.

**Palavras Chave:** infância, moralização, disciplinamento.

**Abstract:** With intent to constitute a strong and cohesive Brazilian Nation, Getúlio Vargas created the Legião Brasileira de Assistência – L.B.A.(Assistance Brazilian Legion – LBA) in 1942. This institution, concerned about assuring moralization and infant reajusting, scattered all over the national territory aiming at protecting maternity, infancy and adolescence due to the lack of resources. These politics also expended to west of Santa Catarina state through the implementation of L.B.A. and child care centers in the 40's and 50's, which in partnership with Liga Brasileira de Higiene Mental (Brazilian Legion for Mental Health Care), kept trying to educate and discipline future Brazilians living in the region. This study, based on the above issue, tries to analyze to what extent L.B.A. installations and child care centers is related to implementation of the civil society project and moralization in Chapeco's community.

**Key Words:** infancy, moralization, discipline.

A preocupação do estado em constitui mecanismo de controle e vigilância social, não é uma coisa recente. Muitas são as investigações que versam sobre história da vigilância e disciplina exercida sobre a sociedade e seus indivíduos. Essas estratégias de controle não eram sem razão, amarradas as preocupações políticas e econômicas da nação, o Estado, sobretudo a partir do século XVI, procurava consolidar estratégia de intervenção e controle social.

---

\* Graduada em história pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

É neste sentido que no período mercantilista, estas estratégias ampliam-se. A preocupação com aumento da população e com o fortalecimento dos exércitos, faz com que o Estado intervenha de forma corretiva no corpo social. A população passou a ser um conjunto de indivíduos que deveria ser contabilizado em seu número de nascimento e morte.

A criação desta cultura urbana a partir do século XVIII, associada ao higienismo, exige redimensionamento dos espaços destinados à família, a célula base, que garantiria a moralidade natural, tão bem difundida pelo Estado. Neste sentido, a família passa a desencadear um papel fundamental para sociedade. Torna-se a base da sociedade civil, a grande transmissora de valores simbólicos (casamentos, construção de uma nova identidade nacional, amor à pátria e a criadora da cidadania). Se, até o século XVIII, a preocupação com o controle da sociedade voltava-se para o fortalecimento do Estado, a partir do século XIX, a preocupação com a formação biológica, moral e filosófica das crianças estavam associadas à construção de homens e mulheres voltados ao mundo do trabalho.

Essa nova política de formação, intencionava moldar homens e mulheres para suprir a necessidade de mão-de-obra do setor industrial. A preocupação com a criança a partir do século XIX faz parte deste projeto racional. A criança passa a ser vista como um ser particular, separando do adulto e, portanto, alvo dos princípios da disciplina e da racionalidade. Torna-se fundamental enquadrá-los ao novo sistema que inclui o controle moral.

No Brasil, os postos de puericultura podem ser melhor percebido através da política de controle social e mental no início do século XX. Esta política tinha como objetivo promover ações preventivas que ajudassem a identificar doenças que ocasionassem a má formação corporal e intelectual. Assim, a política desenvolvida ainda no início do século XX, no Brasil, preocupava-se em garantir o bom desenvolvimento infantil e, conseqüentemente a formação da nação brasileira. Através dos postos de puericultura, o Estado buscou elevar o nível de vida social e material das crianças. Intencionava ainda, impedir que concepções erradas sobre saúde circulassem entre as pessoas ricas e pobres. Esta preocupação buscava desde a década de 20, trabalhar dentro da lógica de valorizar a saúde mental dos futuros cidadãos. Projeto que interligou o Estado e setores organizacionistas das psiquiatras no Brasil, através da Liga Brasileira de higiene Mental - LBHM, na busca da educação e disciplinamento da nação brasileira.

Dessa forma, a intenção do Estado era associar-se a instituições como a LBHM, para promover o bom desenvolvimento físico, psíquico e moral das crianças, oriundas dos grupos sociais desfavorecidos economicamente, portadoras de más condutas, desenvolvidas

pela incapacidade familiar. Assim, este segmento social passa a ser alvos dos olhares disciplinadores dos órgãos e agentes do Estado Nacional, garantindo o futuro da nação.

De acordo com Sposati e Falcão (1989), até o início dos anos 30, o Estado Brasileiro assumia a questão social basicamente como uma questão de polícia e não política social. A idéia de desenvolver um estado forte a partir da constituição de cidadãos saudáveis física e mentalmente, já vinha sendo difundido desde a década de 20, quando a LBHM, vê a necessidade de começar a agir nos primeiros meses de vida das crianças ou, logo, após seu nascimento. Intencionavam interferir nos hábitos, nas questões da saúde física e higiene mental que segundo a LBHM, deveria ser iniciado pela mãe já que esta função era de sua inteira responsabilidade.

Como forma de garantir este bem estar nacional tornava-se necessário criar órgãos que dessem sustentação a este ideal. Para Vargas, apenas um Estado forte seria capaz de impedir a divisão que ameaçava a sociedade. O controle social foi uma das primeiras ações deste Estado Intervencionista. Seu desdobramento se daria a partir de ações políticas que visavam a manutenção da ordem pública através da família.

Para o governo pensar na ordem, era voltar os olhos às vivências cotidianas dos cortiços, das ruelas, dos amontoados humanos que degradavam o estado e a nação. ISAIA (1995), afirma que multiplicação dos cortiços é fruto do inchamento dos grandes centros urbanos, do crescimento industrial e dos problemas trazidos pela migração. Estes agiram como um estimulador para se processar uma emergente organização do espaço urbano:

*A multiplicação dos cortiços, a proliferação de uma população colocada à margem da vida das famílias honestas, compostas por desocupados, crianças abandonadas, prostitutas, etc, tudo isso desorganiza o espaço urbano outrora ocupado de maneira bem mais tranqüila pelos pacatos cidadãos. (ISAIA, 1995:38)*

Interferindo na moradia, o poder público também interferiu nas expressões culturais, credences, misticismos e nas relações sociais. As práticas populares eram permitidas desde que estivessem de acordo com os padrões toleráveis pelo governo. Assim é, que a idéia de trabalho plantada pelo Estado Novo, como o único meio possível de superação a pobreza, e com ela o atraso em que estava mergulhada a sociedade brasileira, levava as pessoas a naturalizarem a idéia de cidadania como trabalho, ocupação. Nesse sentido, a família deveria tornar-se o alicerce desta nova ordem. É nesta estrutura que o Estado Novo estabelece uma política de vigilância e controle familiar. Isto se tornaria possível na medida em que o Estado centrasse forças no campo da saúde e educação.

Para Piazza (1983), a administração de Nereu Ramos, quer como governador, quer como interventor, em perspectiva de consolidar estes dispositivos de controle e de disciplinamento da sociedade, teve duas temáticas principais: a educação primária e a saúde pública. Sendo que, na primeira, ampliou a rede estadual de ensino da educação primária e na segunda, além da ampliação, organizou todo o sistema de saúde a partir do Departamento Estadual de Saúde Pública atingindo todos os municípios catarinenses. A aplicação destes dispositivos, respaldada em princípios científicos, como a racionalização do tempo, compunha a base política do governo getulista, no sentido de consolidar o progresso da nação brasileira respaldada na ordem e no progresso. Nesta perspectiva, Vargas assume o papel de “condutor do povo brasileiro” dentro de uma ordem que levaria ao progresso. Para tanto seria preciso dar ênfase a certos aspectos do projeto pedagógico: educação física e militar, educação moral e cívica e educação para o trabalho.

Neste sentido, a família ideal seria a chamada família nuclear. Esta possibilitaria assim, uma educação regrada e disciplinada, calcada nos valores dominantes. Qualquer outra organização familiar não atenderia a expectativa do Estado. A habitação aconchegante favorecia o clima de envolvimento do trabalhador. Ele deveria se sentir feliz neste lar com tudo organizado, nos horários determinados, esposa e filhos disciplinados e bem humorados. A esposa trabalharia de forma a garantir esta “boa educação” para que todos os seus membros estivessem em plena forma e gozando de perfeita saúde.

### **As políticas intervencionistas do Estado Novo e a criação da LBA**

Donzelot (1986), ao tratar da normalização, aponta o controle social, a partir de ações políticas, com instrumento que visava a manutenção da ordem pública através da família e do Estado. As ações e projetos cujo objetivo era controlar e esquadrihar a vida da sociedade brasileira; seus valores, costumes, hábitos e práticas eram uma forma de consolidar e garantir um Estado moderno. Sendo assim, o Estado precisava estabelecer uma vigilância moral e sanitária sobre as famílias.

É nesta lógica, tratada por Donzelot que o Estado através do interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, cria políticas convergentes com os interesses nacionais e traz para o Oeste, mais especificamente para Chapecó, práticas, ações e discursos amplamente difundidos pelas instituições. Assim agia-se através das escolas, das Igrejas, das áreas da saúde, sobre tudo dos postos de saúde.

Uma outra forma encontrada como solução para transformar a sociedade na

década de 30, foi o corpo. Este, conforme nos coloca Lenharo (1986), passa a ter uma atenção significativa de especialistas conseguindo assim obter toda a integridade do ser humano. Esta preocupação com o corpo não estava somente associada a preocupação com a transformação da sociedade, mas também a transformação daquele para o trabalho. Assim LBHM exige ampliação do papel intervencionista do Estado e juntamente com a ciência, executa um trabalho de reajustamento na formação de bons cidadãos trabalhadores, o que significa dizer que, na dificuldade das famílias educarem seus filhos dentro dos padrões normativos exigidos pela civilização, o Estado assumiria este propósito. Com isso trás para si a responsabilidade de vigiar a família e controlar a educação doméstica, a fim de modelar a criança no sentido de garantir o homem do futuro.

É com este propósito que é criada a Legião Brasileira de Assistência - LBA. Instituição instaurada em 28 de agosto de 1942, com finalidade não econômica e voltada à congregação as organizações assistenciais de boa vontade. A ação da LBA não era sistemática, mas ocasional, em épocas de calamidades públicas, como no caso de secas, enchentes, prestação de assistência social em suas diversas formas, às famílias dos soldados convocados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e afins. A LBA se insinuava como a mãe da sociedade, da pobreza, lar dos carentes, marcada por ações paternalistas de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria. Comprometendo-se a atender a população com carinho e atenção, para suprir de alguma forma as carências não só materiais como também espirituais. Com este ideal a LBA passa a ser implantada em todo território nacional com o objetivo de estender sua luta em defesa da maternidade e da infância em prol do Estado nacional.

Segundo reportagem veiculada pelo jornal A Voz de Chapecó, em 1947, toda a sociedade deveria voltar seus olhos para as famílias carentes e desprovidas de meios materiais e morais em sua existência. A criação do posto de puericultura em Chapecó teria, junto com toda a sociedade, de trabalhar em prol das mães e das crianças, para que a saúde e o desenvolvimento da criança não fosse afetado. Estas práticas higiênicas e médicas são vistas por Margarete Rago (1997), como mecanismo, do Estado e de uma certa elite, para combater a desordem social, considerada a causa dos problemas de saúde existentes. Em sua base encontra-se o projeto higienista articulado à ordem e a moral. Assim, era preciso intervir na sociedade para eliminar as habitações coletivas e afastá-las dos centros urbanos. Era preciso moralizar e educar para uma vida sadia que serviria de base ao crescimento infantil, dentro das normalizações higiênicas. Dessa forma, as classes pobres não são motivo de atenção por serem pobres, mas por serem portadores de possíveis patologias como: doenças, vícios,

ociosidade que poderiam transmitir aos seus filhos. Implantar um sistema de saúde pública colaboraria para o controle desses grupos de forma que não trouxessem ameaça ao projeto modernizador.

A preocupação com a criança/menor no Governo Nereu Ramos, também fluiu, em meio a comemoração da Semana da Criança, iniciada no dia 10/10/1943. Membros do governo, entidades filantrópicas e segmentos da imprensa discutiram sobre os programas de assistência a criança/menor e sobre os decretos destinados ao amparo e punição dos mesmos. Para o Juiz Alves Pedrosa de Santa Catarina, o abandono da criança era fruto da pobreza e da desorganização familiar, ou seja, abandono moral e material. Além desta preocupação a vadiagem, a mendicância e a delinquência foram pauta nas discussões. A partir disso, visavam combater a inserção das crianças no mundo dos vícios e da criminalidade.

### **LBA e os postos de puericultura em Chapecó.**

Deliberado pela LBA, é o Posto de Puericultura, inaugurado em setembro de 1947. O trabalho de assistência médica era executado pelo Médico Darci Camargo, diretor do hospital Santo Antonio e Chefe do posto de saúde, em Chapecó. Essa instituição visava atender as classes pobres do município, as futuras mães, para que seus filhos nascessem saudáveis. Funcionava anexa ao hospital fornecendo três serviços essenciais: pré-natal, infantil, e lactário.

O Chefe do Posto de Saúde de Chapecó divulgava a informação de que no centro urbano de Chapecó, de 100 crianças nascidas, 30 morriam; frisando que no interior do município, os dados de mortalidade eram ainda maiores devido à ignorância ao nível cultural. Baseado nesses conceitos, divulgava uma lista das principais causas dos óbitos de crianças. “1º Doenças hereditárias e congênitas (sífilis, tuberculose e alcoolismo); 2º Doenças infecciosas e suas complicações; 3º Erros alimentares” (JORNAL a Voz de Chapecó, 21/10/1948). Como forma de ressaltar a função social e política do posto e a preocupação do poder executivo com uma suposta qualidade de vida social, o médico Darci Camargo, no dia da inauguração do Posto de Puericultura fez o seguinte pronunciamento:

*Esperamos que a população chapecoense, culta e humanitária, reconheça o valor inestimável desta organização que irá beneficiar, não somente a infância pobre e desamparada, mas também as futuras mães para que seus filhos nasçam fortes e sadios, pois além da parte da puericultura, propriamente dita, teremos uma sessão de maternidade com internato de gestante (A VOZ DE CHAPECÓ 11/07/1947).*

Este novo ramo da medicina denominada puericultura, implantando mecanismos para acabar com a mortalidade infantil, procurou de forma sutil introjetar hábitos saudáveis, à mãe que incidissem na formação de uma criança saudável dentro das políticas de eugenia. A partir disso, o pré-natal tinha a função de educar, aconselhar as futuras mães sobre os procedimentos durante o tempo da gestação, indicar causas do parto pré-maturos, bem como o de nascimento congênito.

Além do atendimento nos postos, orientações e cuidados eram divulgavam em jornais de circulação regional, para prevenir doenças contagiosas como sarampo, que era causa de grande mortalidade infantil e gerava grande preocupação à saúde pública. A data do Dia da Criança também se constituía, em Chapecó, num momento de reflexão sobre as crianças. Era preciso sensibilizar a sociedade chapecoense sobre a significação da criança para o fortalecimento da nação, já que seriam os futuros cidadãos, conforme aponta o Jornal, “A Voz de Chapecó”, em matéria de 10 de outubro de 1948. Além disso, várias são as reportagens veiculadas, conclamando todos os segmentos sociais do município a resolver um dos grandes problemas sociais que afetavam seu progresso: a mortalidade infantil. Interessante notar que, a partir de 1948, durante a semana da criança, foi oficializado um concurso para crianças até 6 meses, cujo mérito seria a robustez da criança, ou seja, sua condição física. Quanto mais gordinhas, bochechudas e com pernas grossas, mais saudáveis eram consideradas. Para o médico Darci Camargo, responsável pela saúde do município e dirigente da LBA, o concurso era um termômetro de que a política de cuidados com mães e crianças estava dando certo.

A partir desse imaginário social e da legislação instituída pelo Estado, especialmente no período de gestão do Governador Nereu Ramos, se pretendia gestar uma sociedade brasileira de bons cidadãos, pautada na saúde e na educação. Efetivamente, essas ações estabelecem uma política de controle, disciplina e vigilância familiar. Dessa forma, a cidade de Chapecó, ainda que distante geográfica e culturalmente da capital, precisou organizar-se, inserir novas políticas que contemplassem uma certa ordem, re-enquadrando e re-disciplinando as famílias chapecoenses, sob pena de, em contrário, estar à margem da onda do progresso, que se estabelecia então.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.ªEd.,1981.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro:Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon ed., 1989.

DONZELOT, J. A. **Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal,1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e a economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinada Brasil 1890- 1930**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SPOSATI, Adaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA identidade e efetividade das ações no enfrentamento a pobreza brasileira**.

#### **FONTES PRIMÁRIAS**

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano VII. Nas datas de 11/08/1946; 18/08/1946 e 21/09/1946;

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano VIII. Nas datas de 11/07/1947 e 20/07/1947;

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano VIII. De 03/08/1947;

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano XIX. Nas datas de 10//10/1948 e 21/10/1948;